

Evento	Reunião do Comitê de Gestão de Pessoas
Data	13/2/2025
Horário	16h
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim;- Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna;- Desembargador Fábio Bueno de Aguiar;- Desembargador Ricardo Regis Laraia; ;- Juíza Camila Ceroni Scarabelli;- Juíza Juliana Benatti;- Juíza Maria Flavia de Oliveira Fagundes;- Juiz Breno Ortiz Tavares Costa;- Alan Rogério Oliveira Simões de Melo;- Camila Lelis Yamaya;- Aatur Torino Dalpino;- Rodrigo Cesar Barros da Rosa;- Susana Haydee Flores Cucatti;- Luiz Henrique de Freitas Pereira;- Carolina Magalhães Serne Carnevalli;- Iara Cristina Gomes;- Liliam Maria de Camargo;- Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas /	<ul style="list-style-type: none">- Desembargadora Susana Graciela Santiso;- Juíza Andreia de Oliveira;- Monica Laterza Lopes;- Alexandre Luis Niza;- Helen da Silva Paes de Souza.
Pauta / Assuntos	<ul style="list-style-type: none">- Reunião realizada com a Escola Judicial sobre eventos conjuntos de 2025 - conclusões e providências;- Degravação das audiências;- PROAD 28134/2024: Minuta sobre “Programa de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica e familiar contra a mulher praticada em face de magistradas e servidoras do TRT-15”;- PROAD 8396/2024 - Ciência do Relatório CNJ e da aprovação de auditoria sobre a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina;- Outros assuntos.

A Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela presença, passando à análise dos assuntos pautados.

1 - Reunião realizada com a Escola Judicial sobre eventos conjuntos de 2025 - conclusões e providências:

Dr. Ricardo explicou que os eventos na Escola Judicial dependem de programação com antecedência, preferencialmente em um único período (ou manhã ou tarde) e de forma híbrida, respeitados os prazos necessários para eventuais contratações, licitações, pagamento de hora/aula, averbação de capacitações com a Enamat etc.

Se possível, foi solicitado que os Colegiados realizem eventos conjuntos de Comitês e Comissões quando os temas forem correlatos.

Ficando ciente, o Comitê escolheu o Dr. Fabio Bueno de Aguiar como o contato com a Escola e Dra. Juliana Benatti como suplente.

2 - Degração das audiências:

Dra. Camila, Dra. Ana Claudia e Dra Larissa comentaram que as unidades de 1º Grau poderiam ser orientadas para a configuração das licenças do Zoom institucionais, de forma a possibilitar o uso para legenda e transcrição. Para a proposta, a ideia seria autorizar diretor de secretaria, macrogestor, secretário de audiência ou quem tiver acesso a configurar login e senha para a degração automática do Zoom, para audiências.

Susana destacou que há também o ditado por voz do Google, que pode ser novamente divulgado.

Camila Lelis questionou se serviria para o 2º Grau também e se dependeria de conferência posterior, já que funcionaria como uma legenda automática e não como um texto a ser editado.

Dra. Larissa explicou que a SETIC tem operado degração nativa com o Zoom, para audiências 100% digitais. Em outros formatos, o ruído pode atrapalhar a gravação.

Dr. Breno falou que teria que analisar se extrai só o texto.

Dra. Camila Scarabelli explicou que a degração do Zoom capta pausas, vírgulas, interrupções, a partir dos nomes de cada membro com participação virtual. Já por ditado por voz, pode ser necessário uso de microfone específico para captação, a depender do timbre e do tom de voz de cada pessoa. Para o Google, há que considerar o tempo para ditar, assim como seria ditar para um secretário de audiência. Já o Zoom identifica quem é o interlocutor e funciona melhor para captação de cada voz. Quem não tem acesso a login e a senha da Vara, porém, não consegue acessar o arquivo, que fica na parte lateral direita do vídeo.

Dra. Larissa pontuou que há um Proad em andamento sobre falta de câmeras, ruídos, microfones inadequados, com projeto do Tribunal para padronizar as salas de audiência, ou seja, existe uma ótima perspectiva para os próximos meses. Sugeriu aguardar o mês de março para nova análise, se necessário.

Por ora, o Comitê aprovou propor à Presidência a recomendação de que, para viabilizar a degração das audiências com o uso da ferramenta do Zoom, seja determinado que as unidades de 1º grau, por seu diretor de secretaria, macrogestor, secretário de audiência ou quem tiver acesso ao login e senha das licenças institucionais do Zoom, procedam a sua configuração selecionando as opções de legenda e transcrição.

3 - PROAD 28134/2024: Minuta sobre “Programa de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica e familiar contra a mulher praticada em face de magistradas e servidoras do TRT-15”:

Dra. Larissa sugeriu que o grupo interno dividisse em tópicos a minuta sobre o Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica, utilizando para comparação um Ato do TRT-6, a fim de fazer adaptações no que será apresentado.

O grupo poderá fazer comentários no arquivo compartilhado, sem editar, possibilitando uma pré-redação, até o dia 7 de março. Antes da próxima reunião, o grupo finaliza o arquivo para envio a todo o Comitê.

Assim, Dra. Larissa ficou responsável pela análise referente aos considerandos e aos Capítulos I e II. Já o Capítulo III ficou com Camila Lelis; Capítulo IV e V com Dra. Ana Cláudia. Capítulo VI apenas terá proposta de inclusão do estabelecido na Resolução superior. Capítulos VII e VIII ficou a cargo da Dra. Juliana, sobre as disposições gerais e finais.

4 - PROAD 8396/2024 - Ciência do Relatório CNJ e da aprovação de auditoria sobre a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina:

Sobre a ciência do PROAD 8396/2024, Dra. Larissa propôs que o Comitê leve uma sugestão de regulamentação, de normativo para melhoria da participação feminina.

Comentou que o Tribunal não atingiu mínimo de 40% de participação feminina em promoção para a 2ª instância, juízas convocadas, número mínimo de 50% de mulheres nos Colegiados, por exemplo.

Dra. Ana Cláudia lembrou da alteração do Regimento Interno, que mudará a realidade de alguns desses dados a partir deste ano, sugerindo levantar se ainda há desconformidade e fazer interlocução com outros Tribunais.

Susana opinou por tratar junto do Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação

Tecidos os debates, o Comitê fará levantamento e dialogará com o mencionado Subcomitê sobre ações possíveis.

Dra. Larissa propôs, ainda, que seja inserida no planejamento estratégico do Tribunal a participação institucional feminina.

Camila sugeriu apresentar proposta de limitação para vagas de Desembargador.

Ataur explicou que a área técnica responsável fez um mapeamento que deverá ser submetido à Presidência, para falar das vagas com base no Regimento Interno em vigor a partir de 2 de janeiro de 2025 e da Resolução CNJ nº 106/2010.

O Comitê votou por sugerir à Presidência estudos para a inclusão da participação feminina no Planejamento Estratégico, com eventual submissão ao Comitê de Governança e Estratégia.

5 - Outros:

Rodrigo requereu como tema para a próxima pauta a Pesquisa sobre Clima Organizacional, ficando responsável por minutar uma proposta e encaminhar previamente no grupo do chat.

Ao final, a Desembargadora Coordenadora do Comitê de Gestão de Pessoas, Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim, agradeceu a todos pela participação, encerrando a reunião às 17h35 e agendando a próxima para 14/3, às 14h.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	13/2/2025
Ata aprovada por	Desembargadora Coordenadora, Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim	Em	14/2/2025